

A crise económica em Penafiel nos inícios do século XIX pelos livros das *décimas* de 1800, 1813 e 1821¹

*The economic crisis in Penafiel at the beginning of the 19th century through the books of the *décimas* of 1800, 1813 and 1821*

JOSÉ LUÍS BARBOSA

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

jlsb101088@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

Texto recebido em / Text submitted on: 27/08/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 26/08/2021

Resumo. Nos inícios do séc. XIX, Penafiel viveu um período de crise económica, agravada pela conjuntura da Guerra Peninsular e da instabilidade que se seguiu, até à Revolução Liberal. Neste estudo pretendemos analisar o impacto desta crise em Penafiel, com base nos livros das *décimas* da cidade, relativos aos anos de 1800, 1813 e 1821. Com vista a tal objetivo, esta investigação apresenta três eixos principais de análise: o estudo da *décima* do maneiço enquanto indicador da atividade económica; a análise da *décima* dos juros e a evolução do mercado creditício; e a aferição da desigualdade nos rendimentos dos penafielenses, por intermédio do coeficiente de Gini. A análise dos dados terá uma componente comparativa com outras localidades portuguesas.

Palavras-chave. *Décimas*, Penafiel, Impostos, Século XIX, Crise.

Abstract. At the beginning of the 19th century, Penafiel went through a period of economic crisis, aggravated by the conjuncture of the Peninsular War and the instability that followed, until the Liberal Revolution. We intend to analyse the impact of this crisis in Penafiel, throughout the city's tax books of *décimas* (royal tithe), from 1800, 1813 and 1821. With this objective in mind, this investigation presents three main axes of analysis: the study of the *décima do maneiço* (professions), as an indicator of economic activity; the analysis of the *décima dos juros* (interests) and the evolution of credit market; and the measurement of inequality in the income of Penafiel's population, through the Gini coefficient. The data analysis will have a comparative component with other Portuguese locations.

Keywords. Royal tithe, Penafiel, Taxes, 19th Century, Crisis.

Introdução²

O dealbar do séc. XIX é considerado um dos momentos mais atribulados da História de Portugal. Estudos recentes revelam que, nesse período, assistiu-se

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref. FCT: SFRH/BD/143897/2019.

² Um agradecimento aos Doutores Carlos Fáisca e Margarida Sobral Neto pelas sugestões, que muito contribuíram para este estudo. O autor também agradece aos revisores as importantes contribuições.

a uma diminuição do PIB *per capita* em Portugal. A tendência de declínio era, no entanto, mais antiga, tendo-se iniciado por volta de 1750 (PALMA; REIS 2019: 478). A historiografia penafidense tem apresentado dados importantes que apontam para a existência de uma crise demográfica, económica e financeira, em grande parte associada às Invasões Francesas e à instabilidade que antecedeu a Revolução Liberal (SANTOS 1996, 2000; SOEIRO 2005, 2010; BARBOSA 2016, 2017). Tendo em conta os sinais de crise que se verificavam nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, o presente trabalho pretende analisar a crise económica em Penafiel, com base nos dados disponíveis nos livros das décimas da cidade, relativos aos anos de 1800, 1813 e 1821³.

Aproveitando as potencialidades que as fontes relacionadas com a cobrança das décimas oferecem, pretendemos realizar um estudo que parte da análise estatística dos montantes coletados em Penafiel, comparando a sua evolução em cada uma das diferentes categorias: prédios rústicos, prédios urbanos, maneio e juros. A análise apresenta três eixos principais: a partir da décima do maneio (parte da décima referente à atividade artesanal, comercial e doméstica – criados; cf. COSTA et al. 2014: 285), da evolução dos seus montantes e do número de agências registadas; através da décima dos juros, analisando de que forma o mercado creditício evoluiu; e pelo estudo da desigualdade nos rendimentos, por intermédio do cálculo do coeficiente de Gini⁴.

Almejamos ainda dar resposta a outras questões complementares: como se repartiram os diferentes tipos de décimas e qual foi a sua evolução; como evoluiu o número de agências registadas nas décimas do maneio; que relação existe entre a evolução das agências e a evolução da população; como se dividiam as agências por setor económico e como progrediram; quais os setores com os rendimentos mais elevados. Sempre que possível, procederemos a uma comparação com outras localidades portuguesas, tarefa que é dificultada devido à escassez de estudos nesta área.

1. Campo em análise

As possibilidades oferecidas pelos livros das décimas têm permitido a

³ A escolha destes três anos partiu da exclusão de partes. Até ao ano de 1797, as fontes são quase inexistentes. Os anos escolhidos visam corresponder às fontes que contêm mais informações, mas separadas no tempo, para permitir uma “evolução” na análise do seu conteúdo.

⁴ O coeficiente de Gini é uma medida de dispersão estatística, utilizada para a aferição de desigualdades de uma frequência de distribuição, numa escala de valores que variam entre 0 e 1, em que 0 corresponde a uma distribuição igualitária máxima e 1 significa o expoente máximo da desigualdade (FAÍSCA; LOPES 2015: 335).

realização de alguns estudos com metodologias quantitativas e qualitativas. Entre as análises mais utilizadas constam o cálculo dos efetivos populacionais e a constituição dos agregados familiares, o estudo da população ativa e das atividades económicas, o cadastro da terra cultivada, a identificação dos proprietários dos bens de raiz, a movimentação de capitais, a caracterização dos rendimentos dos agregados, as formas de exploração, o cálculo da desigualdade e a distribuição dos rendimentos (MACEDO 1982; SILVA 1993; CONDE 2003; FAÍSCA; LOPES 2015; REIS 2017).

Destaque também para as obras que utilizaram os livros das décimas em estudos de reconstituição urbana dos prédios e ruas (RIBEIRO 1998; RIJO; MOREIRA s.d.; e MOREIRA 2013) e para a análise dos processos de cobrança ao nível do poder local (MOTA 1990). Um grande contributo foi dado, igualmente, pelos estudos que analisam o contexto político-militar e financeiro em que se criou o imposto e apresentaram todo o seu enquadramento normativo, desde a sua constituição até à sua extinção (HESPANHA 1993: 217-218; COSTA 2009; MOREIRA 2009; MAGALHÃES 2012: 101-105; COSTA et al. 2014: 284-285; e OLIVEIRA 2015: 388-392).

1.1. Origem da décima

A *Décima Militar* foi um imposto régio que incidiu sobre a décima parte dos bens de raiz (urbanos e rústicos), maneios (atividades profissionais), juros (provenientes de empréstimos a dinheiro) e alcances (legados a tutores). Abrangia toda a população, excetuando os “miseráveis”. Foi criado em 1641, na sequência da Restauração da Independência e Aclamação de D. João IV. O novo imposto deveria financiar o recrutamento de um exército capaz, que permitisse a proteção e integridade do território português (COSTA 2009: 12-13; MOREIRA 2009: 1; MAGALHÃES 2012: 101-106; COSTA et al. 2014: 284-285; e OLIVEIRA 2015: 388-392).

Tratava-se de um tributo direto e universal, que recaía sobre as fazendas de todos os vassallos do reino, de forma proporcional aos rendimentos de cada um, o que tornava este imposto numa grande inovação fiscal em Portugal. Apesar da contribuição do clero ter assumido a forma de “donativo”, na prática a lei geral da décima impôs-se a todos os estratos sociais. Por sua vez, a dupla décima, ou o quinto, decretada a 19 de novembro de 1652, incidiu sobre os bens da coroa, alargando ainda mais a base tributada. A partir de 1762, o pagamento da décima alastrou-se aos juros particulares. Neste caso, os pagamentos seriam sempre feitos pelos devedores e, posteriormente, descontados nos credores

(MOREIRA 2009: 1; HESPANHA 1993: 217-218; COSTA 2009: 12-13; MAGALHÃES 2012: 105-106).

A arrecadação da décima estava a cargo dos municípios. Desde a Idade Média que uma das principais funções das câmaras municipais era a arrecadação de impostos, tanto municipais como régios. Além das décimas, as câmaras eram responsáveis pela arrecadação de outros tributos régios, como as sisas, o real de água e as meias anatas (MONTEIRO 1996: 121-122; MAGALHÃES 2004).

1.2. Fontes e metodologia

O estudo de Álvaro Ferreira da Silva (1993) é muito elucidativo acerca das potencialidades e limitações dos livros das décimas. O autor começa por elencar as diferenças entre as duas fontes mais comuns: os livros de arruamentos e os livros de lançamentos.

Para se proceder à cobrança da décima, os oficiais responsáveis deveriam elaborar um livro de arruamentos. Neste eram lançados sequencialmente todos os prédios, os seus proprietários ou detentores de direitos e eventuais rendeiros, os moradores em cada casa e que exerciam uma profissão suscetível de ser taxada pela décima do maneiro. Este livro servia de matriz para outro tipo de livro, o de lançamento das décimas, onde era registado o pagamento dos impostos pelos contribuintes (SILVA 1993: 283-284).

O mesmo autor considera que os livros de arruamentos são fontes com informação mais ampla e detalhada do que os lançamentos das décimas, porque agrupavam todas as informações presentes nos registos de maneios, de prédios rústicos e urbanos por unidade predial, assim como eram mais detalhados na descrição de cada prédio. Contudo, alerta que nem todas as listas de arruamento tinham o mesmo grau de detalhe na descrição (SILVA 1993: 284-285).

É de salientar ainda que, após 1762, foram introduzidas alterações importantes na cobrança do maneiro. A mais relevante para o nosso estudo prende-se com a isenção dos trabalhadores que laboravam por jorna, quer fossem agricultores, oficiais mecânicos ou criados, desde que fossem assalariados. A partir de 1789, deixam de ser referidos os indivíduos que trabalham por conta de outrem. Este aspeto é relevante porque retira à nossa análise uma parte significativa da população ativa, que não era chefe de família ou que não arrendava ou possuía bens de raiz (SILVA 1993: 288).

As fontes existentes no Arquivo Municipal de Penafiel dizem respeito, essencialmente, a lançamentos das décimas, existindo apenas um livro de arruamentos, para o ano de 1762. Estavam divididas em dois livros, corres-

pondo um à cidade e outro ao seu termo. As diferentes décimas (raiz, maneios e ordenados e juros) eram lançadas no mesmo livro, salvo algumas exceções⁵. Somente a partir de 1823 é que este tributo começa a ser dividido por diferentes registos, agrupando, por um lado, os prédios urbanos e rústicos, por outro, os maneios, ordenados e juros.

Os registos estão organizados de acordo com as ruas e lugares, em que constam o nome dos pagadores dos prédios rústicos, urbanos e maneios (também designados por “agências”). Na eventualidade de um dos contribuintes possuir um ordenado, este era referido junto aos prédios/maneios. No final, eram enumerados os restantes salários e, por último, surgia a lista dos juros. Regra geral, as fontes apresentam o nome do proprietário (que era o chefe de família), o montante a pagar e o tipo de rendimento que auferia.

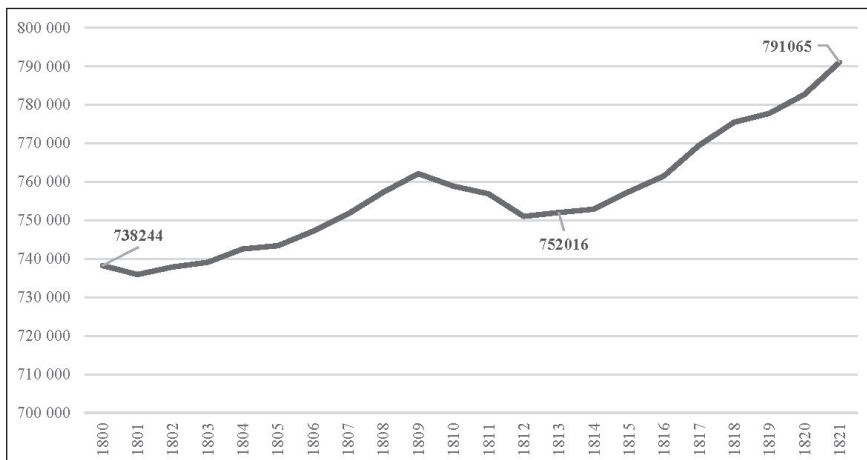
2. Penafiel na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX

Foi durante o séc. XVIII que Penafiel se afirmou como um importante centro de poder no Entre Douro e Minho. A mercê régia de 14 de março de 1741 elevou Arrifana de Sousa a vila, no seguimento de uma petição apresentada pelos moradores. Quase três décadas depois, em 1770, D. José elevou Arrifana a cidade, alterando-lhe o seu nome para Penafiel. No mesmo ano, era criado o seu Bispado, como resultado do desmembramento da diocese do Porto, mas teve uma duração curta, de apenas oito anos. Volvidos quatro meses, foi atribuído um termo à cidade, que seria constituído, essencialmente, pelas terras que compunham o julgado de Penafiel. Em 1775, nomeou-se o primeiro corregedor e provedor da comarca de Penafiel, ficando sujeitos à sua jurisdição alguns concelhos menores, como os de Unhão, Santa Cruz de Riba Tâmega, Gouveia e Gestaçô, assim como as vilas de Canaveses e Tuías e a honra de Vila Caiz (FUNDO 2010: 22; e SOEIRO 2005: 128-153).

Os séculos XVIII e XIX corresponderam a um período de crescimento populacional. De acordo com Palma, Reis e Zhang, o Entre Douro e Minho foi uma das regiões portuguesas que mais cresceu demograficamente entre 1530 e 1864. A segunda metade do séc. XVIII e inícios do séc. XIX foi um dos períodos de crescimento mais acelerado (PALMA; REIS; ZHANG 2019: 10). Mas se cingirmos a nossa análise ao período de 1800 a 1821, verificamos que houve dois momentos em que a população na região diminuiu: um pequeno decréscimo, entre 1800 e 1801, e um maior, entre 1809 e 1812 (-1,46%).

⁵ Em alguns anos os prédios urbanos foram lançados num livro diferente, como ocorreu em 1800.

Gráfico I. População total na província do Entre Douro e Minho (1800-1821)



Fonte: PALMA; REIS; ZHANG 2019.

Observando apenas as três datas analisadas neste estudo, verifica-se que os efetivos populacionais no Entre Douro e Minho cresceram entre 1800 e 1813 e entre 1813 e 1821. Contudo, é necessário analisar o caso de Penafiel de forma mais pormenorizada. Os trabalhos realizados apresentam indícios de um pequeno decréscimo populacional neste período, em particular no seguimento das Invasões Francesas.

Tabela I. População e fogos em Penafiel nos finais do séc. XVIII e inícios do XIX

Ano	Habitantes	Var. anual	Fogos	Var. anual	Habitantes/fogo
1771	1742		580		3,00
1798-1801	2873	1,87%	906	1,67%	3,17
1816	2723	-0,36%	919	0,10%	2,96

Fontes: GUEDES 2000: 17-18 e SOEIRO 2005: 172-179.

Segundo Geralda Santos, entre 1700 e 1807 o número de óbitos ultrapassou o número de nascimentos apenas em 16 anos (SANTOS 1996: 254-257). Com a viragem para o séc. XIX, a cidade conheceu um aumento da mortalidade, que justifica a estagnação no crescimento populacional, verificada na Tabela

I. A mortalidade média anual na cidade de Penafiel, entre 1800 e 1807, foi de 85,37 óbitos – uma melhoria relativamente ao período anterior (1785-1799), em que a média foi de 89,93 (SANTOS 2000: 185). A segunda Invasão Francesa teve impacto na mortalidade no concelho, provocando um total de 121 vítimas mortais (sendo que 18 eram moradores na cidade) (SOEIRO 2012: 519).

O termo de Penafiel subsistia da atividade agrícola e criação de gado, em particular do cultivo do milho – que no séc. XVIII aumentou a preponderância sobre os demais cereais – e vinho verde. No que compete ao gado, havia produção em grande quantidade e de toda a espécie, mas em particular do bovino, que frequentemente abastecia a cidade do Porto (desde o séc. XVI até aos inícios do séc. XIX), chegando, por vezes, a abastecer localidades mais longínquas, como Coimbra (SILVA 1988: 724-730; SOEIRO 2010: 524; e BARBOSA 2019: 154-155)⁶.

A atividade comercial era importante, possuindo a cidade duas feiras mensais, nos dias 10 e 24 de cada mês, para além da feira anual realizada pelo S. Martinho, que atraía muitos comerciantes de concelhos vizinhos (COELHO 1988: 257-343; e GUEDES 2000: 20-25). A atividade industrial também era relevante para a economia do concelho, em particular a têxtil e metalúrgica, sendo a produção do linho a atividade mais difundida (GUEDES 2000: 26-39; e ANILEIRO 2010: 8-12).

Nos inícios do séc. XIX, a Guerra Peninsular teve um impacto significativo na região. Localizada numa encruzilhada de caminhos – na estrada real que ligava o Porto a Trás-os-Montes e às Beiras – Penafiel era uma localidade chave para o domínio francês do norte de Portugal (SOEIRO 2010: 501-502). A cidade foi evacuada a 26 de março, sendo ocupada posteriormente pelas tropas francesas (SOEIRO 2010: 505-506, 511). As movimentações militares interferiram com o normal funcionamento da Câmara Municipal, levando à interrupção das reuniões entre os finais de março e meados junho, altura em que se contabilizaram os prejuízos. Os livros das atas das vereações referem o saque que se verificou na cidade, mas também as perdas dos frutos produzidos pela terra e o número de vítimas mortais associado à incursão inimiga (SOEIRO 2010: 518-519).

Após a retirada das tropas francesas (em maio), um contingente militar português manteve-se na cidade. O abrigo dos soldados levantou vários pro-

⁶ Contudo, nos inícios do séc. XIX, a cidade conheceu alguns períodos de carestia de carne, nomeadamente em 1800, 1807, 1810 e 1811, motivados pelo aumento dos preços e pelo aquartelamento de tropas na cidade (AMP, *Livro de registo dos actos da Câmara*, 17 (1794-1803), fl. 169v; e *Livro de registo dos actos da Câmara*, 18 (1803-1815), fl. 87, 87v, 190v, 202v e 219).

blemas logísticos, o que também provocou dificuldades acrescidas à população local. O aquartelamento das tropas levou a Câmara a aumentar o preço da carne, para desta forma financiar esta despesa extraordinária (AMP, *Livro de registo dos actos da Câmara*, 18 (1803-1815), fl. 164, 166-167).

As finanças da Câmara Municipal de Penafiel foram prejudicadas com o agravar da conjuntura política e económica. Entre 1794 e 1807, o município conseguiu equilibrar as suas contas através da estabilização da despesa, após um período (1782-1794) de maior descontrolo. Entre 1807 e 1814, o pagamento da terça régia e da contribuição extraordinária retiraram ao concelho dois terços dos seus rendimentos. A diminuição das receitas desregulou o normal funcionamento camarário, originando um menor volume de despesas, embora esta redução não tenha impedido que, entre 1807 e 1820, a Câmara tenha conseguido apenas dois saldos positivos. As dívidas aos tesoureiros foram-se acumulando, sem que tivessem sido saldadas até ao ano de 1820 (BARBOSA 2017: 205-211).

Penafiel foi severamente afetada pela alta dos preços registada nos inícios do século XIX. Entre 1800 e 1808, estes mantiveram-se relativamente estáveis, mas com a guerra veio a inflação, em particular nos anos de 1810-1811 para os cereais, 1809-1811 e 1816 para o vinho verde e 1811-1813 para o azeite. Após a alta nos preços, deu-se um período de deflação até 1821, valendo os géneros nesse ano menos do que valiam em 1800 (BARBOSA 2016: 10-12). Durante este período difícil, a pobreza aumentou significativamente, tendo-se repercutido no número de crianças abandonadas: em 1806 e 1807, os expostos representaram, sensivelmente, metade dos nascimentos na cidade (SANTOS 1996: 252).

3. A crise económica em Penafiel nos inícios do séc. XIX pelos livros das décimas

Conforme referido, nos livros das décimas consta o registo dos valores pagos pelos prédios urbanos e rústicos, maneio, ordenados e juros. Neste capítulo vamos analisar de que forma estes dados evidenciam a crise económica que assolou Penafiel nos inícios do séc. XIX⁷.

Conforme se pode verificar na Tabela II, a décima dos prédios urbanos foi a que mais rendeu na cidade de Penafiel, seguida da décima dos juros, dos bens de rústicos, do maneio, dos ordenados e dos foros⁸.

⁷ Não vamos aprofundar o estudo das décimas dos foros e dos ordenados por não conterem elementos relevantes para a análise que pretendemos realizar.

⁸ Estes totais podem não coincidir com os livros, devido a enganos nos cálculos por parte do escrivão.

Tabela II. Décimas em 1800, 1813 e 1821
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)⁹

Décima	1800	%	1813	%	1821	%	Média	%
Prédios urbanos	175 221	23,07%	177 814,48	35,42%	542 359,71	49,68%	298 465,07	38,05%
Juros	323 591	42,60%	44 838,12	8,93%	239 722,13	21,96%	202 717,08	25,84%
Bens rústicos	128 750	16,95%	192 841,51	38,42%	211 742,94	19,40%	177 778,15	22,66%
Maneio	70 500	9,28%	47 518,77	9,47%	51 057,10	4,68%	56 358,62	7,18%
Ordenados	42 445	5,59%	31 004,27	6,18%	40 418,27	3,70%	37 955,85	4,84%
Foros	18 944	2,50%	7 938,50	1,58%	6 504,09	0,60%	11 128,86	1,42%
Total	759 551	100%	501 955,66	100%	1 091 688,09	100%	784 398,25	100%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento da décima desta cidade*, 1452 (1800); *Livro do lançamento da décima dos prédios rústicos, urbanos, juros, agências e ordenados*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento da décima desta cidade*, 1479 (1821).

Como termo de comparação, em Gouveia, no ano de 1771, pagaram-se 223 928 réis (55,54%) da décima dos prédios urbanos e rústicos, 142 230 réis (35,28%) das “agências, ofícios, tratos e maneios” e 37 024 réis (9,18%) dos juros (MOTA 1990: 104). A maior diferença dá-se ao nível da décima do maneio, maior em Gouveia, devido à importância da indústria têxtil, muito desenvolvida na região (NETO 2010: 277-278). Por outro lado, em Penafiel, em alguns anos o valor da décima dos juros foi muito elevado, devido ao pagamento de valores em atraso dos anos anteriores, como vamos constatar mais adiante.

3.1. A propriedade: bens de raiz urbanos e rústicos

A décima dos bens de raiz corresponde a cerca de 60% do montante total arrecadado. A maior fatia cabe aos prédios urbanos, que correspondiam a habitações na cidade e nos subúrbios. O seu valor foi aumentando nos três anos, chegando, em 1821, a representar quase metade das décimas arrecadadas na cidade, valendo mais de três vezes o valor de 1800.

O registo das décimas de 1800 indica apenas os valores dos bens de raiz rústicos, maneio e juros – os bens urbanos foram anotados noutra livro, que, presentemente, não está disponível para consulta no Arquivo Municipal. Sabemos da sua existência (e do valor da décima) porque no final do livro de 1800 esse valor é indicado e somado ao total. Por essa razão, não sabemos quantos

⁹ Para efeitos de deflação, utilizamos o índice de preços de Palma e Reis (2019).

números/fogos foram contabilizados para o pagamento do imposto.

Apesar do número de registos ter aumentado apenas cerca de 14% entre 1813 e 1821, o valor da décima dos prédios urbanos cresceu mais de 200%¹⁰. O que também se justifica com o aumento do valor médio pago por cada número, que cresceu quase 167,68%.

Tabela III. Décima dos prédios urbanos em 1813 e 1821
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Ano	Prédios Urbanos	Var.	Total da décima	Var.	Média por prédio	Var.
1813	466		177 814,48		381,58	
1821	531	13,95%	542 359,71	205,01%	1 021,39	167,68%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 (1813) e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

O aumento dos registos não significou uma maior taxa de ocupação das habitações. Se retirarmos ao total de prédios urbanos declarados aqueles considerados vagos, demolidos e coletados noutra número¹¹, constatamos que a taxa de ocupação aumenta muito ligeiramente. Na freguesia de Santa Cruz de Lisboa, a taxa de ocupação era sensivelmente idêntica à verificada em Penafiel, na ordem dos 85% (RIJO; MOREIRA s.d.: 8).

Tabela IV. Taxa de ocupação dos prédios urbanos em 1813 e 1821

Ano	Prédios Urbanos	Vagos	Demolidos	Cole. Noutro	Total ocupação	Taxa ocupação
1813	466	49	16	12	389	83,48%
1821	531	34	10	33	454	85,50%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 (1813) e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

¹⁰ A hipótese mais plausível para este crescimento passa por um aumento no valor das avaliações realizadas pelos oficiais da décima, o que teve impacto nos montantes pagos. Os proprietários que habitavam nos seus prédios pagavam de décima o equivalente ao que receberiam caso estivessem a receber rendimentos sobre o mesmo. Este é um problema realçado por Álvaro F. da Silva, chamando a atenção para a necessidade de se comparar a evolução das avaliações feitas a cada um dos bens de raiz ao longo dos anos (SILVA 2013: 285-286).

¹¹ O livro de 1813 refere os nomes dos proprietários dos prédios “coletados noutros números”. Como já pagaram a décima de todas as propriedades anteriormente, no registo daquele prédio específico estão isentos (AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 [1813], fls. 4v, 14v). No livro de 1821, refere-se com frequência apenas “Nada por hir atras coletado” (AMP, *Livro do lançamento...*, 1479 [1821], fl. 7v). Podíamos, em última análise, admitir que tratava ser casas locadas, mas, regra geral, quando um pagamento de *Décima* correspondia a uma casa arrendada, o escrivão fazia referência desse pormenor (AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 [1813], fl. 2; e AMP, *Livro do lançamento...*, 1479 [1821], fl. 2). Por essas razões, consideramos estes prédios como vagos.

No que respeita à proporção entre casa própria e arrendada, esta era idêntica em 1813. No ano de 1821, a habitação própria cresceu ligeiramente para 54%. Estes valores são elevados, se tivermos em conta que na freguesia de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa, a taxa rondava os 17% (RIJO; MOREIRA s.d.: 12).

Tabela V. Taxas de habitação própria e arrendada em 1813 e 1821

Ano	Prédios Urbanos	Habitação própria	Habitação arrendada	Taxa de habitação própria	Taxa habitação arrendada
1813	466	235	231	50,43%	49,57%
1821	531	288	243	54,24%	45,76%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1470 (1813) e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Relativamente à décima dos bens rústicos, o valor mais elevado foi registado em 1821, apesar de, em 1813, ter chegado a representar 38,42% do total das décimas. O livro de 1800 faz referência a 162 assentamentos, a uma média de 794,75 réis por proprietário. Em 1813, os registos totalizam 128, a uma média de 1 506,57 réis. Em 1821, são referidos 80 prédios, a uma média de 2 646,79 réis. Apesar do aumento da décima dos bens rústicos, a população urbana possuía menos prédios fora da zona urbana em 1821 do que em 1800. Contudo, o valor médio pago pelas propriedades aumentou.

Tabela VI. Décima dos prédios rústicos em 1801, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Ano	Rústicos	Var.	Total da décima	Var.	Média por prédio	Var.
1800	162		128 750,00		794,75	
1813	128	-20,99%	192 841,51	49,78%	1 506,57	89,57%
1821	80	-37,50%	211 742,94	9,80%	2 646,79	75,68%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

3.2. O maneiio

O maneiio corresponde a pouco mais de 7% do total da décima no conjunto dos três anos. Aproveitando os dados fornecidos por Maria Guedes, a variação do número de agências registadas passou de 233, em 1772, para 284, em 1800 (aumento de 21,89%, a um ritmo anual de 0,71%). Deste ano até 1813, os maneios diminuíram 23,59%, ou seja, a um ritmo superior ao crescimento

verificado nos 28 anos anteriores (-2,05%). Até 1821, o decréscimo foi de cerca de 18%, a -2,45% ao ano. Em 1813, o número de agências registadas nos livros das décimas era já inferior ao valor verificado em 1772.

Tabela VII. Total de agências em 1772, 1800, 1813 e 1821

Ano	Agências	Var.	Var. média anual
1772	233		
1800	284	21,89%	0,71%
1813	217	-23,59%	-2,05%
1821	178	-17,97%	-2,45%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); *Livro do lançamento...*, 1479 (1821); e GUEDES 2000: 26-39.

Comparando a variação do número de agências com a evolução da população em Penafiel, constatamos que o crescimento populacional verificado ao longo do séc. XVIII coincidiu com o incremento verificado no registo de maneios. Após 1800, a situação alterou-se e os dois indicadores passaram a valores negativos. Ainda assim, a diminuição no total de maneios declarados ocorreu a um ritmo bem mais acelerado do que o decréscimo populacional, o que nos leva a considerar que a diminuição da população não foi a principal causa para o decréscimo de agências.

Este decréscimo teve impacto no montante total pago da décima do maneio. De 1800 a 1813, a queda foi de cerca de 32,60% (quase 3% ao ano), recuperando 7,20% entre 1813 e 1821 (0,87% ao ano).

Tabela VIII. Total das décimas do maneio em 1800, 1813 e 1821
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Ano	Total do maneio	Var.	Var. média anual
1800	70 500,00		
1813	47 518,77	-32,60%	-2,99%
1821	50 940,95	7,20%	0,87%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Um aspeto relevante prende-se com o valor médio pago pelas agências. Entre 1800 e 1813, este valor diminuiu cerca de 11%, aumentando posteriormente para 31,43%, até 1821.

Tabela IX. Média dos maneios em 1800, 1813 e 1821
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Ano	Média do maneio	Var.	Var. média anual
1800	245,64		
1813	218,98	-10,85%	-0,88%
1821	287,81	31,43%	3,48%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Durante muito tempo, a historiografia nacional centrou as causas das crises económicas e financeiras em Portugal, dos inícios do séc. XIX, nas Invasões Francesas, na instabilidade da Revolução Liberal e na Independência do Brasil (PEDREIRA 1994: 317-322; SERRÃO 1993: 93-94; e MENDES 1993: 315-316). Mas estudos mais recentes demonstram que a crise era mais antiga, tendo-se iniciado na segunda metade do séc. XVIII, levando à redução do PIB *per capita* até 1811 (PALMA; REIS 2019: 497). Os dados de que dispomos permitem-nos conhecer apenas que o número de maneios declarados nos livros das décimas aumentou entre 1772 e 1800, mas não sabemos se os rendimentos provenientes desses officios acompanharam essa tendência. Por essa razão, podemos apenas referir que houve uma diminuição no número de agências até 1821 e uma quebra nos rendimentos até 1813, que cresceram depois a um ritmo bem superior. Tendo em conta o impacto que a conjuntura do início do século (em particular por ação da Segunda Invasão Francesa) teve na demografia e economia de Penafiel (com base nos estudos anteriormente citados), é possível deduzir que a diminuição do número de agências possa estar associada a esse acontecimento¹².

Um outro aspeto particular que prejudicou a atividade comercial e artesanal/industrial de Penafiel foi a corrente migratória que ocorreu da província do Entre Douro e Minho em direção à cidade do Porto, com o fim das Invasões Francesas. De acordo com Nuno Luís Madureira, não se tratou de um fenómeno geral e indiscriminado, mas de uma transferência seletiva de mão de obra de “indústrias rurais” para fábricas urbanas. No período que se seguiu à guerra, cerca de 44 trabalhadores do fabrico de sedas do Porto eram originários da cidade e termo penafidelense (MADUREIRA 1997: 248-249).

Partindo dos livros das décimas, podemos analisar as agências divididas por setores económicos. A média dos quatro anos revela que as atividades

¹² Convém realçar que a falta de fontes mais próximas a 1809 e o facto de os períodos em análise não terem o mesmo intervalo, dificultam a nossa análise.

económicas do setor primário¹³ representavam 3,61% das agências, as do setor secundário 48,20% e as do setor terciário 34,32% (as restantes correspondem a agências não identificadas – 13,88%).

Tabela X. Agências por setor económico em 1772, 1800, 1813 e 1821

Setor	1772	%	1800	%	1813	%	1821	%	Total	%
Primário	18	7,73%	10	3,48%	2	0,92%	3	1,69%	33	3,61%
Secundário	131	56,22%	130	45,30%	105	48,39%	75	42,13%	441	48,20%
Terciário	84	36,05%	100	34,84%	78	35,94%	52	29,21%	314	34,32%
Não indicado	0	0,00%	47	16,38%	32	14,75%	48	26,97%	127	13,88%
Total	233	100%	287	100%	217	100%	178	100%	915	100,00%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); *Livro do lançamento...*, 1479 (1821); e GUEDES 2000: 26-39.

Se excluirmos os maneios sem a declaração da profissão (Tabela XI), constatamos que, na média dos quatro anos, o setor primário correspondia a 4,19%, o secundário a 55,96% e o terciário a 39,85%. O número de trabalhadores no setor primário baixou imenso entre 1772 e 1813. O secundário manteve uma proporção semelhante nos quatro anos, apesar da grande diminuição no número de agências a partir de 1800. Por seu turno, o setor terciário viu o seu peso aumentar de 1772 para 1800, mantendo depois a proporção, apesar de, tal como nos casos anteriores, o total de maneios ter diminuído.

Tabela XI. Agências por setor económico em 1772, 1800, 1813 e 1821 (sem a categoria não indicado)

Setor	1772	%	1800	%	1813	%	1821	%	Total	%
Primário	18	7,73%	10	4,17%	2	1,08%	3	2,31%	33	4,19%
Secundário	131	56,22%	130	54,17%	105	56,76%	75	57,69%	441	55,96%
Terciário	84	36,05%	100	41,67%	78	42,16%	52	40,00%	314	39,85%
Total	233	100,00%	240	100,00%	185	100,00%	130	100,00%	788	100,00%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); *Livro do lançamento...*, 1479 (1821); e GUEDES 2000: 26-39.

¹³ Optámos por utilizar a designação contemporânea dos setores económicos para uma melhor compreensão da parte do leitor (FAÍSCA; LOPES 2015: 335).

Se compararmos com o caso de Lisboa, na década de 60 do séc. XVIII, constatamos que a percentagem de agências dedicadas à agricultura era idêntica, todavia o setor secundário em Penafiel era superior, assim como o era o setor terciário em Lisboa.

Tabela XII. Agências por setor económico em Lisboa nos anos de 1763, 1764, 1768 e 1769

Setor	Percentagem
Primário	6,39%
Secundário	35,51%
Terciário	56,32%
N. i.	1,78%
Total	100,00%

Fonte: MACEDO 1982: 87.

Relativamente ao termo de Lisboa, em 1753, constatamos que o setor primário tem um peso muitíssimo superior, em contraste com os setores secundário e terciário, mais significativos em Penafiel.

Tabela XIII. Agências por setor económico no Termo de Lisboa em 1753

Setor	Percentagem
Primário	39,10%
Secundário	22,20%
Terciário	31,03%
N. i.	7,67%
Total	100,00%

Fonte: MACEDO 1982: 112.

A cidade de Portalegre, quase um século antes, tinha o setor secundário muito representativo, em virtude da presença de uma indústria têxtil muito importante (de peças de tapeçaria e vestuário) (FAÍSCA; LOPES 2015: 231).

Tabela XIV. Agências por setor económico em Portalegre em 1725

Setor	Percentagem
Primário	17,60%
Secundário	42,60%
Terciário	15,20%
N. i.	24,60%
Total	100,00%

Fonte: FAÍSCA; LOPES 2015: 231.

Situação idêntica verificava-se em Évora, em 1764, com o setor primário a ser o menos representativo e o secundário o mais expressivo. Tratava-se de um concelho relativamente autónomo, em que a zona rural abastecia a cidade de alimentos, enquanto esta fornecia ao campo produtos artesanais (FONSECA 2002: 63).

Tabela XV. Agências por setor económico em Évora em 1764

Setor	Percentagem
Primário	16,1%
Secundário	43,6%
Terciário	38,3%
Outros	2%
Total	100%

Fonte: FONSECA 2002: 64.

Penafiel, apesar de não ser um grande polo industrial, tinha um setor secundário muito importante. Ainda assim, entre 1772 e 1800, manteve-se inalterado, apesar do forte crescimento populacional que se verificou. O principal beneficiado deste crescimento foi o setor terciário, enquanto o setor primário perdeu quase metade dos seus efetivos. No pós-Invasões Francesas, todos os setores económicos diminuíram em número, em particular o setor terciário.

Tabela XVI. Variação do número de agências

Ano	Primário	Var. %	Secundário	Var. %	Terciário	Var. %
1772	18		131		84	
1800	10	-44,44%	130	-0,76%	100	19,05%
1813	2	-80,00%	105	-19,23%	78	-22,00%
1821	3	50,00%	75	-28,57%	52	-33,33%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Conforme referido, a média da décima baixou de 1800 para 1813, recuperando posteriormente para 1821, enquanto o total de maneios decresceu de forma constante. Acreditamos que a falta de matérias-primas, o aumento de impostos, o crescimento dos custos de transporte e a consequente subida dos preços levou a uma diminuição da procura, o que provocou a descida nos rendimentos dos produtores nesse período¹⁴. A guerra causou mortes na cidade e termo, mas falta apurar o impacto do recrutamento na população e, consequentemente, no número de maneios. Por outro lado, não podemos colocar de parte a hipótese do trabalho assalariado ter aumentado (e, por essa razão, não ser mencionado nos livros das décimas, cf. SILVA 1993: 288), apesar de serem necessários mais estudos nesse campo.

3.3. Os juros

As décimas dos juros corresponderam a cerca de $\frac{1}{4}$ do total arrecadado em Penafiel, nos três anos em análise. O valor cobrado em 1800 é superior ao conjunto dos anos seguintes, enquanto 1813 foi o ano de menor cobrança. Essa diferença é justificada pelo facto de, em 1800, terem sido regularizados vários valores da décima dos juros em atraso, correspondendo a quase 75% do valor total. Em 1821, os pagamentos atrasados corresponderam a cerca de metade do valor total.

¹⁴ Situação idêntica à de Espanha, cf. Leandro Prados de la Escosura e Carlos Santiago-Caballero (2018: 6-19).

Tabela XVII. Décimas dos juros de 1800, 1813 e 1821
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Décimas	1800	%	1813	%	1821	%
Décimas do ano corrente	85 097,00	26,30%	44 838,12	100,00%	118 869,19	49,59%
Décimas de juros atrasados	238 494,00	73,70%	-	-	120 852,94	50,41%
Total dos juros	323 591,00	100,00%	44 838,12	100,00%	239 722,13	100,00%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Se ignorarmos os valores em atraso, constatamos que, de 1800 para 1813, a décima baixou quase 50%. Entre 1813 e 1821, o mesmo valor cresceu 165,11%.

Tabela XVIII. Total das décimas dos juros de 1800, 1813 e 1821
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Ano	Décimas do ano corrente	Var.	Var. média anual
1800	85 097,00		
1813	44 838,12	-47,31%	-4,81%
1821	118 869,19	165,11%	12,96%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Em 1800, pouco mais de $\frac{1}{4}$ do total de rubricas dizia respeito a décimas em atraso, ou seja, 26% dos registos dizem respeito a 74% do montante cobrado nesse ano. Para 1821, os 19% correspondentes às rubricas em atraso significam 50,41% do montante.

Tabela XIX. Total de empréstimos coletados de 1800, 1813 e 1821

Empréstimos	1800	%	1813	%	1821	%
Empréstimos do ano corrente	150	73,17%	81	100%	112	80,58%
Empréstimos atrasados	55	26,83%	-	-	27	19,42%
Total de juros	205	100,00%	81	100%	139	100,00%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

De 1800 para 1813, deu-se uma grande quebra no total de empréstimos ativos, na ordem dos 46%. Posteriormente, entre 1813 e 1821, assistiu-se a uma recuperação igualmente significativa, a um ritmo ligeiramente mais lento.

Tabela XX. Variação do total de empréstimos coletados de 1800, 1813 e 1821

Ano	Empréstimos	Var.	Var. média anual
1800	150		
1813	81	-46,00%	-4,63%
1821	112	38,27%	4,13%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

A média da décima dos juros por empréstimo diminuiu 2,42%, de 1800 para 1813, e aumentou 91,73%, de 1813 para 1821, com uma variação média anual de -0,19% e 8,48%, respetivamente.

Tabela XXI. Média da décima por empréstimo em 1800, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)¹⁵

Ano	Média da décima por empréstimo	Var. da média	Var. média anual
1800	567,31		
1813	553,55	-2,42%	-0,19%
1821	1 061,33	91,73%	8,48%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Apesar do número de empréstimos concedidos diminuir entre 1800 e 1813, com o tempo a proporção dos empréstimos mais valiosos foi aumentando.

¹⁵ Não leva em conta as décimas dos empréstimos em atraso.

Tabela XXII. Montantes emprestados e a sua proporção no total de empréstimos em 1800, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Valor dos empréstimos ¹	1800 ²	%	1813	%	1821	%
1 - 49 999	62	41,89%	33	40,74%	18	16,07%
50 000 - 99 999	27	18,24%	17	20,99%	26	23,21%
100 000 - 149 999	18	12,16%	8	9,88%	14	12,50%
150 000 - 199 999	12	8,11%	10	12,35%	16	14,29%
200 000 - 249 999	13	8,78%	7	8,64%	10	8,93%
250 000 - 299 999	1	0,68%	1	1,23%	7	6,25%
300 000 - 399 999	9	6,08%	2	2,47%	5	4,46%
400 000 - 499 999	3	2,03%	2	2,47%	7	6,25%
500 000 - 599 999	2	1,35%	0	0,00%	4	3,57%
Superior a 600 000	1	0,68%	1	1,23%	5	4,46%
Total	148	100,00%	81	100,00%	112	100,00%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

¹ Não inclui os empréstimos com décimas em atraso. ² Não contém o valor de dois empréstimos, por estarem omissos na fonte.

Analisando a média dos empréstimos em que a décima incidiu, verificamos que esta manteve-se praticamente igual entre 1800 e 1813, mas aumentou muito significativamente entre 1800 e 1821.

Tabela XXIII. Média dos montantes emprestados em 1800, 1813 e 1821 (valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Ano	Média dos montantes emprestados	Var.	Var. média anual
1800	109 208,68		
1813	108 766,42	-0,40%	-0,03%
1821	213 818,21	96,58%	8,82%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

Em suma, o mercado de crédito caiu significativamente entre 1800 e 1813, como consequência da instabilidade provocada pela guerra, conchecendo posteriormente uma recuperação até 1821. Os créditos de menor valor foram perdendo o seu espaço e a média total dos empréstimos aumentou. A conjuntura do pós-guerra conheceu um aumento da décima, no seguimento do aumento dos montantes emprestados.

3.4. A desigualdade nos rendimentos em Penafiel

Esta análise permite avaliar os níveis de desigualdade social – ou seja, entre um grupo de indivíduos dentro de um mesmo território – e traçar a sua evolução ao longo do período correspondente, a partir do estudo dos seus rendimentos (FAÍSCA; LOPES 2015: 343).

A tabela seguinte apresenta dois cálculos do coeficiente de Gini para Penafiel, a partir de todos os rendimentos, exceto os dos bens raiz urbanos para o ano de 1800, por não serem indicados os seus pagadores. A diferença entre os dois coeficientes de Gini apresentados está na inclusão dos “pobres”. Apenas possuímos os dados sobre a pobreza para 1800, que corresponde a 30,33%¹⁶. Contudo, juntando à análise as décimas dos ordenados e juros, a proporção de população sem rendimentos cai para 17,7%. Aplicámos esta proporção de “pobres” para os anos de 1813 e 1821, de forma a termos uma base mais sólida para comparação¹⁷. Este coeficiente estará mais próximo da realidade, apesar de não fornecer informação nova sobre a evolução da pobreza, porque a mesma proporção de desvalidos foi aplicada nos três anos.

Tabela XXIV. Coeficiente de Gini dos rendimentos em Penafiel em 1800, 1813 e 1821

Ano	Sem pobres	Var.	Com pobres	Var.
1800	0,703		0,756	
1813	0,567	-19,43%	0,643	-14,87%
1821	0,586	3,43%	0,659	2,47%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

¹⁶ Possuidores de maneio considerados pobres (6,14%), homens desempregados (10,75%) e mulheres solteiras ou viúvas (13,17%).

¹⁷ A percentagem de pobreza foi calculada após se retirarem os prédios isentos dos religiosos e os vagos, assim como as décimas sem referências, porque a inclusão destes no cálculo do coeficiente de Gini não era desejável, por desvirtuarem o real valor da pobreza. No caso dos religiosos, estes têm rendimentos e não pagam décima, por isso não são pobres, não podendo ser contabilizados como tal.

A tabela anterior demonstra que Penafiel era uma cidade com fortes níveis de desigualdade. Entre 1800 e 1813 houve uma redução muito considerável, recuperando ligeiramente de 1813 para 1821¹⁸. Parece-nos evidente que a difícil conjuntura provocada pela guerra foi a principal razão para esta diminuição. A tabela seguinte demonstra o Gini e a sua variação por tipo de décima. As contribuições referentes aos prédios foram as únicas a diminuir constantemente até 1821. Os rendimentos provenientes dos maneios e ordenados e os juros decresceram até 1813, mas recuperaram até 1821. A décima sobre os rendimentos provenientes dos créditos foi a que maior variação teve. Aliado ao facto de serem a segunda categoria mais representativa no computo geral, podemos considerar que os juros foram os principais responsáveis pela variação do Gini geral.

Thomas Piketty indica que os processos de difusão do conhecimento e investimento na qualificação e na formação da mão de obra operaram como “força de convergência”, ou seja, levaram à diminuição da desigualdade (PIKETTY 2014: 31 [e-book]). Mas tendo em conta que a desigualdade já vinha aumentando desde os inícios do séc. XVIII (REIS 2017) e que estas variações na desigualdade ocorreram num curto espaço de tempo, acreditamos que a razão esteja na guerra e nas suas consequências. Para outro período histórico (1910-1960), Piketty afirma que a redução da desigualdade foi resultado das guerras e das políticas públicas utilizadas para atenuar o seu impacto. As consequências da guerra fizeram com que metade do capital tivesse desaparecido em meados do séc. XX (PIKETTY 2014: 29, 146 [e-book]).

Tabela XXV. Coeficiente de Gini por tipo de décima em Penafiel em 1800, 1813 e 1821

Ano	Prédios (rústicos, urbanos e foros)	Var.	Maneios e ordenados	Var.	Juros	Var.
1800	0,669		0,552		0,698	
1813	0,563	-15,97%	0,525	-5,02%	0,489	-29,94%
1821	0,526	-6,49%	0,566	7,88%	0,633	29,32%

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

¹⁸ O facto de 1800 não ter incluído o valor dos prédios urbanos pode justificar um valor tão elevado para esse ano. Por outro lado, por não ser possível associar os juros às restantes décimas, o coeficiente de Gini pode baixar ligeiramente. Estes valores devem ser tidos como aproximados.

Em comparação com as localidades alentejanas de Avis, Arraiolos e Portalegre (coeficientes de Gini de 0,65; 0,65; e 0,50, respetivamente), constatamos que os índices de Penafiel são semelhantes, mas os coeficientes que incluíram a pobreza indicam que a desigualdade era superior na cidade nortenha¹⁹. As razões apresentadas para as desigualdades verificadas nas regiões urbanas prendem-se com: a maior concentração de capital (relativamente às zonas rurais), visto ser nas cidades onde os grandes proprietários normalmente vivem; a coexistência no mesmo espaço de trabalhadores ligados ao trabalho agrícola (que gera menores rendimentos) com os trabalhadores da indústria e comércio, normalmente mais rentáveis; a dimensão do espaço em análise, ou seja, quanto maior o núcleo urbano, maior seria a desigualdade de rendimento (FAÍSCA; LOPES 2015: 347-348, citando ZANDEN 1995: 649-655, 661).

À primeira e terceira questão não nos é possível responder, uma vez que o termo de Penafiel não entra no âmbito deste trabalho, mas sabemos, pelo estudo citado sobre as localidades alentejanas, que não se verificaram diferenças significativas entre os rendimentos das zonas rurais e urbanas (FAÍSCA; LOPES 2015: 347-351).

Relativamente à segunda questão sobre as divergências entre os rendimentos dos diferentes setores, constatamos que a média da décima do maneo (e, conseqüentemente, a média dos rendimentos) do setor primário foi sempre um pouco superior à do setor secundário, sendo o setor terciário o que tinha o valor médio mais elevado. A tabela seguinte demonstra que a diferença entre a média dos salários dos diferentes setores económicos e a média anual encurtou-se em 1813. Os dados são inconclusivos relativamente a 1821, devido à grande percentagem de maneios não identificados.

¹⁹ Há duas razões que podem justificar esta discrepância. Em primeiro lugar, nas localidades alentejanas, a percentagem de pessoas pobres/sem rendimentos, indicada nas fontes, era muito inferior, não ultrapassando os 1,4% (FAÍSCA; LOPES 2015: 334). Em segundo lugar, as realidades em comparação estão separadas por várias dezenas de anos e por uma geografia muito distinta, o que significa que as conjunturas económicas poderiam diferir de forma significativa, o que pode ter muita influência nos resultados apresentados.

Tabela XXVI. Média da décima paga por maneiio em 1800, 1813 e 1821²⁰
(valores reais, deflacionados ao ano de 1800, em réis)

Setor	1800	Dif. rel. Média	1813	Dif. rel. média	1821	Dif. rel. média	Média
Primário	185,00	-21,59%	200,47	-10,76%	232,29	-18,59%	205,92
Secundário	167,21	-29,13%	174,08	-22,51%	212,16	-25,65%	184,48
Terciário	398,13	68,74%	291,49	29,76%	338,61	18,67%	342,74
Não indicado	193,41	-18,02%	232,54	3,52%	358,32	25,57%	261,42
Média	235,94		224,64		285,34		248,64

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

A análise do coeficiente de Gini revela a desigualdade presente numa determinada amostra, mas não demonstra a sua distribuição. Por essa razão, torna-se imperativo examinar a distribuição dos rendimentos pela população da cidade.

Tabela XXVII. Distribuição dos rendimentos pela população em 1800, 1813 e 1821 (não contabilizando a população pobre)

% de população	1800		1813		1821	
	% dos rendimentos	% acumul.	% dos rendimentos	% acumul.	% dos rendimentos	% acumul.
1% com maior rendimento	22,08	22,08	19,34	19,34	14,94	14,94
2 a 5% com maior rendimento	26,77	48,85	20,78	40,12	21,10	36,04
6 a 10% com maior rendimento	12,73	61,58	9,47	49,59	11,83	47,87
10% a 50% com maior rendimento	30,19	91,77	34,39	83,98	38,97	86,84
50% com menor rendimento	8,23	100	16,02	100	13,16	100

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

²⁰ De salientar que a amostra de agências do setor primário é muito reduzida, o que pode desvirtuar um pouco este valor. As médias não incluem os maneios dos pobres, visto esta informação existir apenas para o ano de 1800.

Tabela XXVIII. Distribuição dos rendimentos pela população em 1800, 1813 e 1821 (contabilizando a população pobre)

% de população	1800		1813		1821	
	% dos rendimentos	% acumul.	% dos rendimentos	% acumul.	% dos rendimentos	% acumul.
1% com maior rendimento	24,26	24,26	22,79	22,79	17,81	17,81
2 a 5% com maior rendimento	28,09	52,35	19,40	42,19	21,78	39,59
6 a 10% com maior rendimento	12,60	64,95	10,80	52,99	12,50	52,09
10% a 52% com maior rendimento	29,98	94,92	37,74	90,73	40,19	92,28
47% com menor rendimento	5,08	100	9,27	100	7,72	100

Fonte: AMP, *Livro do lançamento...*, 1452 (1800); *Livro do lançamento...*, 1470 (1813); e *Livro do lançamento...*, 1479 (1821).

As tabelas anteriores demonstram que, em 1800, 1% da população detinha entre 22 e 24% dos rendimentos mais elevados. Contudo, esse grupo perdeu representatividade de forma constante até 1821. Se considerarmos o conjunto que corresponde aos 2 a 5% com maiores proventos, constatamos que auferiam entre 27 e 28% do total, em 1800. Entre 1800 e 1813, a sua expressão decresceu, recuperando posteriormente de forma ligeira até 1821. O grupo de pessoas que se enquadrava na categoria dos 6 a 10% tinha uma representação menor, cerca de 13%. Em 1821, a percentagem é sensivelmente a mesma. A única categoria que conheceu um elevado crescimento corresponde às pessoas com os 10 a c. 50% maiores rendimentos. Entre 1800 e 1821, cresceram entre 9 e 11 pontos percentuais. A categoria mais baixa, os “últimos” 50%, conheceram um aumento entre 1800 e 1813, baixando ligeiramente para 1821. De salientar que, os rendimentos acumulados dos 10% das pessoas mais ricas, em 1800, correspondiam entre 61 e 65 % do total de rendimentos, baixando para 48 a 52%, em 1821.

Em comparação com as localidades alentejanas mencionadas, constatamos que havia uma maior desigualdade na distribuição dos rendimentos em Penafiel, no ano de 1800²¹. Em 1821, a realidade já estava mais próxima das três terras citadas (FAÍSCA; LOPES 2015: 347-351).

²¹ De salientar que as fontes utilizadas no caso do estudo das localidades alentejanas apresentaram uma percentagem de pobres relativamente baixa (entre 0,4 e 1,3%), quando comparada aos 17,7% por nós utilizado (FAÍSCA; LOPES 2015: 334).

Conclusão

Os livros das décimas constituem-se como fontes privilegiadas para estudos de história nas mais diversas áreas. As médias dos três períodos em análise demonstram que a décima dos bens de raiz foi a que mais rendeu, sendo superior a 60% do total. O total arrecadado e a média da décima dos prédios urbanos cresceram mais do que o próprio número de prédios. Tendo em conta a evolução dos efetivos populacionais, a taxa de ocupação das casas (que se manteve sensivelmente igual) e a percentagem de pessoas com habitação própria (que cresceu ligeiramente), acreditamos que este crescimento se justifica com um provável aumento na avaliação feita aos imóveis – sabemos, pelo estudo citado de Álvaro Ferreira da Silva, que os proprietários que habitavam nos seus prédios pagavam de décima o equivalente ao que poderiam auferir, caso estivessem a receber rendimentos sobre o mesmo.

Relativamente aos prédios rústicos, a situação é semelhante. O número de prédios registados diminuiu gradualmente, mas o total e média da décima aumentaram. Não nos parece plausível que os rendimentos provenientes desses bens tenham tido um crescimento muito elevado, numa conjuntura marcada pelas dificuldades causadas pela guerra. Acreditamos que também aqui o problema se relaciona com a avaliação feita pelos oficiais aos bens próprios.

O número de maneios também diminuiu ao longo da cronologia estudada. A guerra e a instabilidade que se seguiu apresenta-se como causa direta mais provável. Contudo, a diminuição do número de agências pode ter sido causada por outros fatores que não estão ainda estudados, como o impacto do recrutamento na população ou a transferência de pessoas detentoras de maneios para o setor dos assalariados (visto estes não serem incluídos nos livros das décimas). Mais estudos nestes campos são necessários. O total das décimas do maneio decresceu até 1813, recuperando posteriormente até 1821. A média da décima paga teve um comportamento semelhante, mas cresceu a um ritmo superior a partir de 1813. Acreditamos que a queda na procura provocada pela guerra tenha baixado os rendimentos dos produtores. Com a melhoria da conjuntura, estes recuperaram novamente.

Quanto aos juros, o seu valor total baixou muito para 1813, recuperando posteriormente até 1821. O número de empréstimos ativos teve a mesma evolução, contudo, o crescimento pós 1813 foi menor. A média paga por décima diminuiu em 1813, mas cresceu quase o dobro para 1821. A conjuntura de guerra e a instabilidade levou à retirada de muitos créditos do mercado, devido à menor disponibilidade de dinheiro, causada pela diminuição nos rendimentos e à falta de confiança.

A análise do coeficiente de Gini demonstra que a desigualdade diminuiu entre 1800 e 1813, recuperando ligeiramente até 1821. A força que levou à convergência nos rendimentos teve a origem mais provável na conjuntura de guerra e na instabilidade que se seguiu. O artigo citado de Jaime Reis refere que a desigualdade cresceu entre 1700 e 1770. Apesar de não conhecermos a tendência entre 1770 e 1800, podemos assumir que se manteve. Nesse caso, a conjuntura provocou uma interrupção numa tendência de aumento da desigualdade que já se verificava desde inícios do séc. XVIII. A análise do coeficiente de Gini por décima demonstra que a disparidade nos rendimentos do dinheiro a juros foi a que mais diminuiu com a guerra, mas também a que mais aumentou para 1821. Acreditamos que a destruição do capital²², provocada pela guerra, foi um fator determinante para a diminuição da desigualdade em 1813.

Um aspeto que nos parece importante prende-se com a proporção capital-trabalho. Comparando o valor das décimas do maneio com o dos juros, constatamos que, apesar do número de empréstimos ativos (dos anos correntes, não considerando os empréstimos em atraso) ser menor do que o número de agências, o valor total e médio (por pagador) da sua décima é muito superior à dos maneios. A mesma análise pode ser feita entre os rendimentos dos prédios e do maneio. Isto revela que os rendimentos provenientes do capital eram superiores aos rendimentos do trabalho.

Como consequência da difícil conjuntura, a desigualdade entre os rendimentos dos diferentes setores económicos diminuiu. Em parte, devido à quebra dos rendimentos no setor terciário, apesar de continuar a ser o mais lucrativo em 1821. A disrupção no comércio e a diminuição na procura podem ter ajudado a este fenómeno, aliado à falta de mão de obra, às pilhagens, requisições e destruição do setor produtivo.

A conjuntura de guerra também afetou a redistribuição da renda. O 1% de pessoas com maiores rendimentos perderam representatividade de forma constante, até 1821. O grupo que se situa entre os 2 e 5% com maiores rendimentos viram a sua expressão diminuir para 1813, recuperando ligeiramente até 1821. A categoria dos 6 a 10% com maior renda manteve-se praticamente inalterada entre 1800 e 1821. O grupo que mais cresceu foi os 10 a c. 50% com maiores rendimentos, conhecendo um crescimento constante até 1821. A última categoria, os 50% de pessoas com menores rendimentos, conheceu um aumento significativo na sua representatividade dos rendimentos no ano de 1813, diminuindo depois ligeiramente para 1821.

Por último, acreditamos que este trabalho carreou um melhor conheci-

²² Na aceção do termo utilizada por Thomas Piketty (2014).

mento da crise económica que ocorreu em Penafiel nos inícios do séc. XIX e contribuiu, concomitantemente, para um maior conhecimento da conjuntura económica e social dos territórios nesse mesmo período.

Fontes

Arquivo Municipal de Penafiel:

N.º 17 – Livro de registo dos actos da Câmara (1794-1803).

N.º 18 – Livro de registo dos actos da Câmara (1803-1815).

N.º 1452 – Livro do lançamento da décima desta cidade (1800).

N.º 1470 – Livro do lançamento da décima dos prédios rústicos, urbanos, juros, agências e ordenados (1813).

N.º 1479 – Livro do lançamento da décima desta cidade (1821).

Bibliografia

ANILEIRO, Ana Dolores Leal (2010). *O linho em Penafiel*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto.

BARBOSA, José Luís dos Santos (2016). “Alguns preços de géneros em Penafiel nos inícios do séc. XIX (1800-1825)”, in *I Seminário: Penafiel e Penafidenses na História – Atas*. Penafiel: Amigos do Arquivo de Penafiel, 1-20.

BARBOSA, José Luís dos Santos (2017). “As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: A importância das rendas nas finanças municipais 1782-1820”. *História. Revista da FLUP*, IV Série. Vol. 7, nº 2, 190-215.

BARBOSA, José Luís dos Santos (2019). “O abastecimento de carne e sal em Coimbra: os contratos de obrigação da câmara municipal (1641-1721)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 19, 145-173.

COELHO, Manuel Ferreira (1988). “O Concelho de Penafiel nas «Memórias Paroquiais» de 1758”. *Separata de Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*, nº 5, 257-343.

CONDE, António Fialho (2003). “O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Décima eclesiástica”. *Revista Portuguesa de História*, XXXVI, 161-172.

COSTA, Leonor Freire (2009). “Fiscal innovations in early modern states: which war did really matter in the portuguese case”. *Instituto Superior de Economia e Gestão – GHES Documento de Trabalho/Working Paper*, nº 40-2009, 1-36.

- COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch (2014). *História Económica de Portugal (1143-2010)*. 3ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros.
- FAÍSCA, Carlos Manuel; LOPES, Bruno (2015). “Desigualdades de rendimento no Alentejo do Antigo Regime: Arraiolos, Avis e Portalegre (1690-1725)”. *Análise Social*, 215, I (2.º), 330-354.
- FONSECA, Teresa (2002). *Absolutismo e municipalismo. Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri.
- FUNDO, António José Pinto do (2010). *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na Reforma Liberal: 1834-1851*. Penafiel: Museu Municipal.
- GUEDES, Maria do Céu da Cunha Correia (2000). *Administração Municipal e elites locais no concelho de Penafiel (1770-1779)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto.
- HESPANHA, António Manuel (1993). “A fazenda”, in José Mattoso (ed.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 203-238.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982). *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Querco.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1997). *Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2004). “O dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração”. *Hispania*, LXIV/1, núm. 216, 157-182.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2012). *No Portugal Moderno: espaços, tratos e dinheiros*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MENDES, José Amado (1993). “Etapas e limites da industrialização”, in José Mattoso (Ed.), *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 355-367.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1996). “As câmaras no equilíbrio dos poderes: funções sociais e dinâmicas locais”, in César Oliveira (ed.), *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates, 121-136.
- MOREIRA, Maria da Luz Franco Monteiro (2009). “Fontes para o estudo da História Regional e Local: as finanças e o imposto da *Décima*”. *Revista do Tribunal de Contas*, n.º 50, 1-40.
- MOREIRA, Maria da Luz Franco Monteiro (2013). *Batalha – 1763-1803 Um termo da Estremadura: estudo económico e social*. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MOTA, Eduardo (1990). *Administração Municipal de Gouveia em Finais de*

- Setecentos. Gouveia: Gaudela.
- NETO, Margarida Sobral (2010). *O Universo da Comunidade Rural*. Coimbra: Palimage.
- OLIVEIRA, António (2015). *Capítulos de História de Portugal*, Vol. I. Coimbra: Palimage.
- PALMA, Nuno; REIS, Jaime (2019). “From convergence to divergence Portuguese economic growth, 1527-1850”. *Journal of Economic History*, 79 (2), junho 2019, 477-506.
- PALMA, Nuno; REIS, Jaime; ZHANG, Mengtian (2019). “Reconstruction of regional and national population using intermittent census-type data: The case of Portugal, 1527–1864”. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, 1-16.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana (1994). *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Linda-a-Velha: Difel.
- PIKETTY, Thomas (2014). *O Capital no século XXI*. Edição Digital. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.
- PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro; SANTIAGO-CABALLERO, Carlos (2018). “The Napoleonic Wars: A Watershed in Spanish History?”. *EHES Working Paper*, No. 130, April 2018, 1-39.
- REIS, Jaime (2017). “Deviant behaviour? Inequality in Portugal 1565–1770”. *Cliometrica*. Vol. 11, Issue 3, 297-319.
- RIBEIRO, Teresa Casquilho (1998). *O Município de Alter do Chão nos finais do séc. XVIII*. Viseu: Palimage.
- RIJO, Delminda; MOREIRA, Francisco (s.d.). “A Freguesia de Santa Cruz do Castelo nas Décimas de 1776”. *Gabinete de Estudos Orlisiponenses da CML*, 1-26.
- SANTOS, GERALDA MARIA FERREIRA DOS (1996). “A população da cidade de S. Martinho de Penafiel nos séculos XVII e XIX”. *Cepese Publicações - População e Sociedade*, n.º 2, 247-260.
- SANTOS, GERALDA MARIA FERREIRA DOS (2000). *População e Economia da Cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*. Penafiel: Museu Municipal – Câmara Municipal de Penafiel.
- SERRÃO, José Vicente (1993). “O quadro económico: configurações estruturais e tendências de evolução”, in José Mattoso (Ed.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1640-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 71-117.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993). *Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto: Arquivo Histórico do Porto.

- SOEIRO, Teresa, (2005). “Penafiel, composição de um espaço administrativo”, in Maria José Ferreira dos Santos e Teresa Soeiro, *Município de Penafiel: uma longa história*. Penafiel: Museu Municipal, 101-209.
- SOEIRO, Teresa, (2010). “Penafiel 1809: a cidade que os franceses viram”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, IX-X, 500-527.
- ZANDEN, J. L. van (1995). “Tracing the beginning of the Kuznets curve: Western Europe during the Early Modern period”. *The Economic History Review*, 48 (4), 643-664.

